

Audiência Pública realizada na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal



Data: quinta-feira, 10 de julho de 2014

Local: Plenário 6 da Ala senador Nilo Coelho

Participantes (primeira mesa)

Paulo Paim – Senador

Cleuza Faustino – Diretora da Fenasps

Emanuel de Araujo Dantas – Coordenador-geral de estudos previdenciários do Ministério da Previdência Social

Martha Regina de Oliveira – Especialista em Regulação de Saúde Suplementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

Salvador Soares – Vereador e presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara de Taubaté/SP

Participantes (segunda mesa)

Paulo Paim – Senador

Luis Carlos Saraiva Neves – Diretor-executivo da Geap - Fundação de Seguridade Social

Neusa Pivatto Müller – Coordenadora-geral dos Direitos do Idoso da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SDH)

Diego Monteiro Cherulli – Advogado e representante da Federação de Aposentados e Pensionistas de Brasília

Dalva do Nascimento – Representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

A representação da FENASPS na audiência pública usou como foco do debate o fato de que as políticas relacionadas ao envelhecimento e a qualidade de vida estão relacionadas desde o processo da aposentadoria, já que trabalhadores, ao se aposentarem, já sentem que suas vidas vão mudar. Caso essa situação não seja trabalhada, poderá ser acarretada uma situação de adoecimento ao trabalhador aposentado, com aparecimento de depressão, diminuição da sua autoestima, fatores agravados pela diminuição dos seus salários.

O debate focou também sobre a necessidade do acolhimento familiar, pois aquele ou aquela que esta atingindo a melhor idade tem que receber o carinho, a proteção, a vigilância permanente de seus familiares, considerando que a grande maioria dos idosos é "arrimo de família", já que por mais que seu salário seja reduzido, esse setor tem acesso uma renda fixa.

Para a Fenasps, ainda que a Previdência Social seja reconhecidamente a maior distribuidora de renda da América Latina, os valores pagos aos aposentados e idosos do nosso País, a título de aposentadoria, não são suficientes para cobrir todas as necessidades desse segmento.

No setor público essa realidade não é diferente afinal a política salarial discrimina os trabalhadores ao se aposentarem e fica ainda pior quando esses procuram amparo nas políticas de proteção à qualidade de vida dos aposentados e idosos. Ainda que essas políticas tenham avançado, existe o questionamento sobre o cumprimento das mesmas.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) esteve presente à audiência pública e apresentou dados que faz repensar sobre a inversão do modelo de saúde, ou seja, avançar e sair do modelo de saúde curativa para o modelo de saúde preventiva para a pessoa idosa, pois já são mais de 14 milhões de idosos no País.

Porém, os órgãos públicos Estaduais, Municipais e Federal ainda não estão adaptados a essa nova realidade vivida pelos brasileiros. Esse número tende a crescer porque no Brasil e no mundo as taxas de mortalidade e natalidade diminuíram sobremaneira, ou seja, as pessoas vivem mais e há menos nascimentos, criando um número cada vez maior de idosos.

No debate foi pautada também a necessidade de criação de Casas de Repouso para o cuidado da pessoa idosa, mas destacado também a necessidade de campanha entre as novas gerações sobre a importância do idoso e seus os direitos e a necessidade de profissionalização dos cuidadores de idosos na ótica da inversão do modelo de assistência. Além disso, é preciso de incentivo de formação de um maior número de profissionais formados em geriatria já que existe uma enorme carência desses profissionais nas redes pública e privada.

O debate também abordou o tema da violência, e foi constatado que a maioria dos idosos são vítimas da violência em família, além de discriminação no meio social. Os idosos têm

sido também vítimas do mercado financeiro por meio de empréstimos efetuados e depois passam grandes dificuldades para honrar os compromissos diários.

A Fenasps aproveitou a presença do diretor-executivo da GEAP, Luis Saraiva, para questionar o cumprimento da Portaria 01 do Ministério do Planejamento e os altos valores cobrados das pessoas idosas, que na grande maioria estão saindo do plano por falta de condições de pagamento. É do conhecimento geral que a GEAP possui uma carteira de mais de 80% de aposentados e idosos.

Ainda, a Fenasps questionou a situação dos pais dependentes dos ministérios da Saúde e do Trabalho que, caso não realizem seu recadastramento no período correto serão excluídos do GEAP/Saúde e ficando como única alternativa o GEAP/Família que é muito mais caro do que ser dependente do servidor.

Os seguintes encaminhamentos foram tirados desta audiência pública:

1. Incluir na legislação a obrigatoriedade de Centros de Atenção ao idoso, promovendo prevenção de saúde e também atividades envolvendo cultura, esporte;
2. Incluir no PL da desaposentação o reajuste de benefícios de aposentados;
3. Apresentar um PL com objetivo de mudar a nomenclatura de 'idoso' para 'pessoa idosa';
4. Que o Congresso aprove o fim do fator previdenciário e uma política de reajuste para os aposentados com um valor real, acompanhando o aumento do PIB ou da inflação, e não o salário mínimo, como é atualmente;
5. Que os presidentes das eleições de 2014 se pronunciem sobre a questão dos aposentados.

Brasília, 10 de julho de 2014

Plantão/FENASPS